2.
A insustentável condição de ser pescador artesanal.

Partindo do princípio que o foco deste capítulo é a abordagem da condição de ser pescador artesanal, apresentamos a problemática do trabalho que é o esforço do pescador artesanal de Pedra de Guaratiba, pertencente a Associação de Pescadores e Aquicultores de Pedra de Guaratiba - APAPG em preservar a sua identidade e diante da insustentabilidade ambiental em que se encontra a Baía de Sepetiba, isto é, a qualidade do pescado e até a sua ausência, desaparecimento assim como das condições da rotina da pesca reconhecida como artesanal. O processo de luta dos pescadores artesanais para resistir a isso é o objeto a ser analisado que se justifica pela fragilidade dos pescadores artesanais, que apesar de serem politizados e articulados, vivem uma dramática desigualdade no que tange ao direito de exercerem suas atividades.

Apesar de inicialmente partir da discussão pela dimensão ambiental, não há intencionalidade em discuti-la separadamente das outras dimensões, como a econômica e a cultural, tendo em vista que neste trabalho se entende que as mesmas estão agregadas, pois abordar cada uma separadamente seria cair em um empobrecimento teórico, entretanto são as dimensões ambiental e cultural que terão as maiores ênfases em nossa análise.

A discussão inicial da insustentabilidade ambiental direcionará à problemática, que aqui se entende como a ameaça ao direito de ser pescador artesanal. Essa insustentabilidade possibilita a existência de diferentes conflitos entre pescadores e diversos atores e agentes, como empresas, poder público (Instituto Estadual do Ambiente – INEA), Federação das Associações de Pescadores e Aquicultores Artesanais do Rio de Janeiro – FAPESCA e a Colônia de Pescadores Z- 14.

Cabe esclarecer que o corte temporal para a discussão será a instalação da Companhia Mercantil Ingá, no final da década de 1950, quando não havia preocupação ambiental, bem como a compreensão do que uma empresa de tão grande porte poderia causar futuramente, principalmente por parte dos pescadores artesanais. Partir da instalação dessa empresa é pensar o tempo agregado ao

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 0912476/CA

espaço, uma vez que espaço e tempo são indissociáveis (MASSEY, 2008). Ao mesmo tempo é retratar a complexidade do real, observando a passagem de uma história para outra e os contextos. Para a autora, espaço e tempo é uma produção contínua e aberta, e tempo é tão importante quanto espaço. Nesse sentido, a partir da instalação da Cia. Ingá Mercantil, se tem o espaço concebido no tempo, se materializando, ou seja, o que Moreira (2006) chama de formando espacialidades.

O pescador artesanal de Pedra de Guaratiba tem a Baía de Sepetiba como o lugar para exercer sua atividade. Contudo, esta vem sendo poluída ao longo dos anos, seja pela especulação imobiliária, que aumentou a carga de efluentes domésticos, ou indústrias que cada vez mais têm se instalado ao longo de suas margens. No entanto, o trabalho está focado na luta pela condição de ser pescador, uma vez que a Baia de Sepetiba se apresenta fortemente agredida com a poluição por metais pesados pelas indústrias que limitam os pescadores artesanais às área de pesca.

Os pescadores de Pedra de Guaratiba, (em especial os da Associação de Pescadores e Aquicultores da Pedra de Guaratiba - APAPG) apresentam uma singularidade frente aos demais grupos de pescadores que formam outras entidades, até mesmo na Pedra de Guaratiba como a Colônia Z- 14. A história desses pescadores (que são cerca de 300 atualmente) é composta por lutas e resistências, que deram origem à fundação da APAPG. Esses pescadores sempre tiveram um olhar crítico, uma visão politizada diante dos projetos apresentados pelo poder público e empresas privadas em relação às suas atividades.

A APAPG[1] foi fundada em 21 de fevereiro de 1992, publicado no Diário Oficial do Estado do Rio de janeiro na FLs. de N° 14, de 26 de Fevereiro de 1992

[1] Embora sejam denominados aquicultores, atualmente os pescadores da APAPG se consideram cercadeiros, pois somente capturam o peixe, enquanto o aquicultor cria. Nesse sentido, os pescadores fazem questão de mostrar as contradições das portarias estabelecidas pelo poder público. A Superintendência de Desenvolvimento da Pesca - SUDEPE, no ano de 1984 através da Portaria nº N-24, Artigo 1, parágrafo 4º determinava que: "As cercadas fixas, qualquer que seja sua determinação local, são equiparadas a viveiros, sendo os proprietários considerados aquicultores profissionais, sujeitos, portanto, às obrigações expressa nesta portaria." Entretanto, a Portaria do IBAMA, nº 1582, de 21 de dezembro de 1989 determina no Artigo 2º que: [...] entende-se como Aquicultor a pessoa física ou jurídica que se dedique à criação e/ ou reprodução de animais ou vegetais aquáticos em ambientes naturais ou artificiais. Na concepção dos pescadores, as Portarias foram formuladas sem um estudo prévio, ou sem considerar o conhecimento do pescador.

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 0912476/CA

conforme o Estatuto da Associação (Anexo A). Inicialmente denominada Associação de Pescadores Cercadeiros de Pedra de Guaratiba teve a mudança de nome e de alguns artigos do seu estatuto em 08 de dezembro de 2007 para atender ao novo Código Civil Brasileiro e às determinações do Instituto Brasileiro de Meio Ambiente – IBAMA, na mesma ocasião em que se filiou a FAPESCA e passou a ser APAPG (Anexo B).

A fundação da Associação é fruto de uma resistência ao projeto do Governo do Estado do Rio de Janeiro e da empresa Japan International Cooperation Agency - JICA, pertencente ao governo japonês, lançado em novembro de 1991, denominado "Salva-Baía". O projeto era divulgado com o objetivo de aumentar a produção pesqueira na Baía de Sepetiba e para isso, previa a criação de tainhas em cativeiro, com o argumento que seria benefício para todos os pescadores locais. A empresa se responsabilizava em ensinar a técnica da criação para os pescadores que o desejassem (Anexo C) pois visava a mão-de-obra dos pescadores em Pedra de Guaratiba, porém ressaltava para que os mesmos não espalhassem informações sem antes conversar com os técnicos da empresa. Esses fatos fizeram com que os pescadores da Pedra de Guaratiba desconfiassem do projeto e buscassem mais esclarecimento junto à Assembleia Legislativa Estadual do Rio de Janeiro, através da Comissão de Defesa do Meio Ambiente.

A Comissão de Defesa do Meio Ambiente da Assembleia Legislativa do Rio de Janeiro realizou audiência pública sob o comando do deputado Aloísio de Oliveira, para averiguar os fatos questionados pelos pescadores sobre o projeto (Figura 1). Nesta audiência os técnicos da empresa JICA ao serem questionados afirmaram que o projeto havia um sujeito e um objeto (Anexo D). Esta afirmação dos técnicos levou os pescadores a questionarem quem seria o objeto no projeto da empresa levando-os a rejeitar o projeto, tendo em vista que o objetivo principal era a criação de iscas vivas para a pesca de atum em mar aberto, conforme reportagem do jornal do Sindicato dos Armadores (SILVA, 1991).

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 0912476/CA

Figura 1- Convite à audiência pública sobre o projeto.
Fonte: APAPG, 1991.

Na ocasião não havia disponibilidade de iscas vivas, onde se perdia muito tempo na captura para posteriormente realizar a pesca do atum. Segundo Silva (1991) a isca bem preparada, sem lesões corporais em cativeiro é mais lucrativa, pois tem a mortalidade bem reduzida. Dessa forma, a pesca do atum se torna um excelente negócio, pois com aproximadamente quatrocentos quilos de iscas vivas, se pesca cerca de trinta e oito toneladas de atum.

Os pescadores da Pedra de Guaratiba tinham a consciência de que o projeto não os beneficiaria, pois o pescador artesanal não pesca em mar aberto pelas condições de seu barco, que geralmente é de pequeno porte. Além disso, a propaganda do Governo do Estado do Rio de Janeiro com a empresa japonesa JICA era enganosa na visão dos pescadores, tendo em vista que o peixe em cativeiro não era para o pescador. Como já tinham sido considerados objetos, estavam certos de que era o conhecimento dos pescadores sobre a pesca em

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 0912476/CA

cercadas na Baía de Sepetiba que interessava aos donos do projeto, isto é, como melhor local para armar o cativeiro, onde a espécie se reproduz melhor e local de melhor acesso.

Nesse contexto, os pescadores da Pedra de Guaratiba lançaram o movimento de resistência "Salva Pescador", a Baía é nossa, Fora! (Figura 2), com um cartaz que continha um risco no símbolo da bandeira japonesa, como forma de rejeição ao projeto da empresa japonesa e do governo do Estado do Rio de Janeiro. A partir desse movimento de resistência os pescadores perceberam que a classe deveria estar mais bem articulada para a defender-se de projetos como esse, que são verdadeiros cavalos de tróia. Dessa forma, a visão dos pescadores sobre o projeto está em concordância com Verhelst (1992) que entende o projeto como forma de aculturação aos pescadores artesanais, pois deixariam de ser cercadeiros de fato para servir à aquicultura de uma empresa japonesa. Esses projetos, segundo o autor, são homogeneizadores pois obedecem a uma lógica de desenvolvimento como progresso, que nega o direito à diferença. Os efeitos de tais projetos são devastadores, por isso são como um moderno "Cavalo de Tróia" (VERHEST, 1992).

Figura 2- Cartaz da resistência contra a JICA.
Fonte: APAPG, 1991.

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 0912476/CA

O nome dado ao projeto “Salva-Baía” compreende algo que está em perigo, necessitando urgentemente de auxílio, tendo a intencionalidade de fazer o pescador pensar que precisa de ajuda (Anexo D). É o poder do discurso de uma empresa japonesa moldada pelo viés de desenvolvimento como crescimento econômico que vem a algum tempo recebendo críticas por ocultar facetas tão ou mais importantes do que a dominante (RUA et al, 2009). O discurso remete ao entendimento de um projeto que está inserido no contexto da recuperação do atraso, onde o trabalho do pescador artesanal é visto como rudimentar rende uma pequena quantidade de pescado. Tais projetos só atendem aos interesses das transnacionais, no maravilhoso mundo da mão-de-obra barata e dócil (VERHEST, 1992). Oliveira (2007) ironiza, adjetivando tais políticas públicas como “famigeradas”, pois para o autor são planos excepcionais, como a Transamazônica e o Polonoroeste, que foram experiências desastrosas de décadas passadas.

Projetos como o “Salva-Baía” não trazem benefícios nenhum aos pescadores, deixando-os submissos, dependentes da empresa, criando mais desigualdades. Além disso, os pescadores tiveram a consciência de que a empresa os via inseridos num modelo de “crescimento débil e lento” (CASTORIADIS, 1987), por isso lhes queria impor novas formas de produção. Entretanto, os pescadores estiveram dispostos e capacitados a renunciar, questionando o “preço” que pagariam pelo modelo proposto pela empresa, e resolvendo manter o seu direito de permanecer no próprio modelo de desenvolvimento de vida que ali já existia.

Assim, no ano seguinte ao projeto (1992) houve a fundação da Associação de Pescadores Cercadeiros da Pedra de Guaratiba, atual APAPG. Segundo o presidente da Associação (desde a fundação), o Senhor Ivo Siqueira Soares, o principal fator que determinou a fundação da Associação foi essa resistência ao projeto do atum. Desde então, a Associação sempre se mostrou contrária a políticas ou projetos que fossem favoráveis ao impedimento do trabalho do pescador, procurando se defender para preservar a identidade que está associada a essa modalidade de trabalho.

O primeiro estatuto da Associação em 1992 mostra claramente a intencionalidade pela qual foi criada (Anexo E). Logo no Artigo 2º ficam claros

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 0912476/CA

seus objetivos que são relativos à melhoria da qualidade de vida do pescador, defesa dos recursos naturais, combate à pesca predatória, lutar contra destruição e mau uso dos recursos, pela criação de reservas e defesa das espécies marinhas, e participar junto com outras associações de interesses comuns. Todos esses objetivos demonstram que a preocupação do pescador em Pedra de Guaratiba sempre esteve ligado à preservação de sua identidade, onde para isso se faz necessário a defesa do ambiente da Baía de Sepetiba e do seu entorno. A preocupação dos pescadores artesanais com a identidade é tão evidente, que desde a época da fundação da Associação, em 1992, os pescadores deixaram explícito no mesmo, Artigo 2º do Estatuto, que uma das características da Associação é a defesa da cultura do pescador artesanal.

A preocupação dos pescadores artesanais em evidenciar sua identidade cultural no próprio estatuto é parte de um processo na construção daquilo que Haesbaert (1999) chama de identidade territorial. A identidade territorial para o autor é uma identidade social definida através do território pois "não há território sem algum tipo de identificação e valoração simbólica do espaço pelos seus habitantes" (HAESBAERT, 1999, p.172). Dessa forma, a identidade social se expressa no território, através da relação de apropriação simbólica e concreta. As práticas socioculturais dos pescadores artesanais dão às comunidades pesqueiras características identitárias e culturais, pois passam a ser o modelo de vida social dos pescadores, pois adquirem valor simbólico e material para a reprodução de sua condição humana.

Para Haesbaert (1999) a identidade é definida em relação a outras identidades. Nesse sentido, a luta dos pescadores artesanais em Pedra de Guaratiba contra o projeto da empresa JICA e o Governo do Estado do Rio de Janeiro marcou o grupo, que atualmente, integram a Associação de Pescadores e Aquicultores da Pedra de Guaratiba - APAPG.

As diferenças no campo das ideias podem ser entendidas pelos conhecimentos produzidos pelos pescadores artesanais, que segundo Diegues (2004, p. 196) se "caracterizam pelas relações simbólicas e econômicas intensas com a terra, o mar e seus ciclos, construídos nas práticas de uso de ambientes costeiros e marinhos". Os grupos de pescadores artesanais não são homogêneos,

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 0912476/CA

pois as práticas de uso do mar que Diegues se refere ocorrem de maneiras distintas, por isso, os pescadores artesanais da APAPG, em sua maioria preferem o reconhecimento como cercadeiros ao invés de aquicultores.

Para Haesbaert (1999) a busca do reconhecimento é fundamental para a afirmação da identidade. Nesse sentido, se busca as práticas sociais que diferem o que é o grupo, que comparado à outros grupos haverá diálogos ou conflitos. Esses conflitos ou diálogos pela defesa do território fortalecem e definem as identidades.

Os pescadores artesanais da APAPG estão inseridos em contexto histórico de lutas pela defesa da Baía de Sepetiba, que para Haesbaert (1999) é uma importante característica da identidade, isto é, a dimensão histórica que construiu o valor simbólico para o grupo. Para Saquet e Briskievicz (2009) "os territórios são fundamentais para a construção das identidades, onde a alteridade fica muitas vezes condicionada a um determinado limite físico de reprodução dos grupos sociais". Dessa forma, numa perspectiva atrelada ao meio ambiente, a Baía de Sepetiba é o espaço de referência identitária, que é transformada em questão político-cultural, dimensão priorizada por Haesbaert (1999) na construção da identidade, pois está carregada de simbolismo.

2.1.
Mudança ambiental e conflito social na Baía de Sepetiba.

A Companhia Mercantil Ingá, conhecida simplesmente como Ingá, operava no ramo de lingotes de zinco, começando as atividades no final da década de 1950. A empresa começou a construir um dique já na década de 80, do qual quais ocorreram diversos vazamentos ao longo dos anos poluindo a Baía, manguezais e sua fauna (Anexo F). No ano de 1998 decretou falência deixando em seu terreno aproximadamente três milhões de toneladas de resíduos com metais pesados (zinco e cádmio) fortemente poluentes (Figura 3).

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 0912476/CA

Figura 3 - Terreno da Cia. Mercantil Ingá com dique e rejeitos químicos.
Fonte: FEEMA, 2006.

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 0912476/CA

Os sucessivos vazamentos de resíduos na Baía de Sepetiba incentivaram a comunidade científica a produzirem trabalhos sobre a contaminação na biota do ecossistema marinho (LACERDA et al, 1989; PFEIFFER et al, 1985; REZENDE e LACERDA, 1986; REBELO, 2001). Observa-se que os trabalhos científicos começaram com maior proporção na década de 80, quando os vazamentos começam a ocorrer com mais frequência contaminando os sedimentos. Nessa mesma década, a Universidade Federal do Rio de Janeiro já apontava que os manguezais estavam poluídos por metais pesados classificando a poluição de duas formas: rotineira[2] e acidental[3] (Anexo F). Essas duas formas de poluição ocorreram ao longo do tempo simultaneamente, apresentando atualmente os resultados nos sedimentos e na água (Foto 1).

[2]Associada aos efluentes líquidos representados e à disposição inadequada dos rejeitos que acabam sendo carregados (Anexo F).
[3]Associada à consequências calamitosas, levando, consequentemente, à situações extremas (Anexo F).

Foto 1- Camadas de sedimentos contaminados por resíduos da Ingá no Mangue Saco do Engenho.
Fonte: FEEMA, 2006.

Com relação aos principais fatos do contexto cronológico da Cia. Mercantil Ingá pode-se destacar alguns episódios que ficaram marcados na reconstrução do espaço temporalizado da orla da Baía de Sepetiba, para não cair no erro de não datar, como critica o geógrafo Milton Santos (1996), pois desprezar o tempo, é desprezar a historicidade, empobrecendo o contexto das espacialidades. Sabendo desse risco, Harvey (1992) destaca a importância de compreender o tempo e o espaço, para entender como afeta os processos sociais e os valores individuais.

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 0912476/CA

Foto 2- Mangue Saco do Engenho contaminado por metais pesados, após vazamento de dique.
Fonte: FEEMA, 2006.

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 0912476/CA

A empresa foi notificada pela primeira vez por órgão ambiental em 1977 pela FEEMA, para apresentar um projeto que solucionasse o tratamento das águas residuais, tendo em vista que já havia a comprovação de contaminação por metais pesados no mangue Saco do Engenho, que era o local mais próximo da empresa, sendo, consequentemente, o que apresenta maior índice de contaminação (Anexo F). Atualmente, percebe-se claramente a contaminação ainda presente nos sedimentos do manguezal (Foto 2).

Outro fato relevante que destaca a importância do mangue Saco do Engenho na Baía de Sepetiba é de que os pescadores que realizam suas atividades com cerca para a captura de peixes utilizam essa área pela proximidade para extrair madeiras e facilidade de armar a cercada (Foto 3).

Foto 3 - Cercada próximo ao Mangue para captura de peixes.
Fonte: FEEMA, 2006.

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 0912476/CA

Os pescadores artesanais em Pedra de Guaratiba, assim como outros que exercem atividade na Baía de Sepetiba, desde a instalação da Ingá (final da década de 1950), segundo o presidente da APAPG, o senhor Ivo Siqueira Soares, tinham conhecimento dos vazamentos de rejeitos químicos e contaminações de metais pesados, entretanto, na época não havia o que fazer, ou a quem recorrer, tendo em vista que não havia por parte das instituições públicas preocupações com a questão ambiental, no caso os problemas para a realização da pesca na Baía.

Atualmente, há uma série de Organizações Não-Governamentais, Ministério Público e outras instituições que se pode recorrer para exercer alguma resistência. Outro ponto importante, na visão dos pescadores, era a despreocupação com as questões ambientais na década de 1960 por parte do poder público, quando as empresas se instalavam sem ao menos ter um estudo prévio das consequências que poderiam causar.

Em 1984, por ordem judicial, a empresa foi intimada a construir um dique, pois lançava seus resíduos livremente no mangue da Baía de Sepetiba. O acúmulo de resíduos fez com que em 1991, o solo ficasse instável, provocando

enfraquecimento das paredes do dique. Dessa forma, teve início a construção da estação de tratamento do rejeito (Anexo F).

Dentre os piores vazamentos que ocorreu na Baía de Sepetiba está o rompimento do dique em 1996, construído por ordem da FEEMA, para que a água da chuva não despejasse os rejeitos diretamente na Baía de Sepetiba (FEEMA, 1998). O evento provocou uma contaminação tão forte, que segundo a notificação enviada à Justiça Federal no Rio de Janeiro, a água atingiu a Baía de Sepetiba após o dique se romper trazendo lama fortemente tóxica, ficando conhecido na época como "maré vermelha", prejudicando diversos trabalhadores que sobrevivem dos recursos desse ecossistema, como os pescadores (Anexo F).

Entretanto, o contexto de desastres e contaminações de água e sedimentos iniciados pela Ingá não terminaram. O texto da juíza Salete Maccaloz, publicado pelo jornal do Brasil, em 2003, intitulado "Ingá já é uma catástrofe" dá sentido aos diversos vazamentos e contaminações na Baía de Sepetiba. Essa afirmação coincide com a metáfora utilizada por Tolentino (2004) ao intitular a Ingá como "a bomba de Itaguaí", no capítulo do livro Conflitos Ambientais no Estado do Rio de Janeiro, organizado por Henri Acselrad (2004). Nesse sentido, pode-se afirmar que continua sendo uma catástrofe, ou uma "bomba", pois além do dique, atualmente condenado pela própria FEEMA, que o construiu, existem três geradores de energia movidos a óleo ascarel[4] (proibido desde os anos 90) e dois reservatórios de ácido sulfúrico (com mil litros cada) bem próximos de rompimento (Anexo F). Assim, pode ainda haver outros capítulos dessa história que ainda não acabou de ser construída.

A falência da Cia. Mercantil Ingá foi decretada em 1998, entretanto, a empresa deu entrada com requerimento em 1995 na Comarca de Itaguaí. Nesta ocasião os pescadores artesanais já estavam bem articulados, principalmente por terem passado por experiência com a empresa japonesa JICA. Com isso, a tentativa era de impedir que a empresa Ingá fosse leiloada nas condições que estavam previstas, conforme o primeiro edital, ou seja, sem previsão de

[4] O óleo ascarel possui efeitos radioativos similares ao Césio, elemento químico que pela curiosidade de dois sucateiros provocou um dos maiores acidentes radiológicos do mundo na cidade de Abadias, Goiás, em 1987.

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 0912476/CA

indenização aos pescadores, que se achavam no direito de serem ressarcidos pelos danos causados pela empresa durante décadas (Anexo G).

O primeiro edital fora lançado com previsão de venda no valor de cento e vinte milhões de reais, embora houvesse um laudo que avaliasse em duzentos milhões de reais, segundo os pescadores (Anexo G). A previsão de gasto para a descontaminação do terreno era de quarenta milhões de reais e não previa nenhuma indenização aos pescadores. Dessa forma, os pescadores artesanais se articularam para realizar diversas manifestações no âmbito de tentar impedir o leilão que estava marcado para o dia 15 de abril de 2008 em Itaguaí, na empresa. As manifestações se iniciaram no dia 14 de abril, quando os pescadores organizaram uma barqueata com a finalidade de associar as dragagens poluentes da Tyssen Krupp Companhia Siderúrgica do Atlântico - TKCSA que estava se instalando na Baía de Sepetiba com a poluição da Ingá.

Além disso, os pescadores artesanais tinham como finalidade, também, o protesto pela morte de um pescador artesanal no dia 25 de março, após o choque com um rebocador denominado GUARATUBA II de propriedade da TKCSA (Anexo H). No dia 15 de abril houve manifestações durante o leilão da empresa, quando não houve interessados na compra, e acabou sendo suspenso e adiado para um novo local e data.

O segundo edital foi lançado com a data do leilão para acontecer em 27 de junho de 2008, dessa vez no centro da cidade do Rio de Janeiro (Anexo I) que apresentou novidades como a retirada do valor previsto para a despoluição da Baía, além de não citar as responsabilidades sobre o passivo ambiental do futuro comprador, como manteve a previsão de não indenizar os pescadores. Contudo, cabe indagar se o primeiro leilão foi adiado pelas manifestações, ou por exigências de um “provável” comprador, já que no ano anterior (2007) os governadores de Minas Gerais e Rio de Janeiro ao realizarem solenidade no palácio Guanabara, anunciaram a construção do “Porto de Minas” na área da empresa Ingá.

A estratégia de mudar o local do leilão, sem dúvida, era de desarticular as manifestações, tendo em vista que as resistências não ganhariam visibilidade, pois

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 0912476/CA

não haveria barqueata e o local seria mais restrito. Dessa forma, os pescadores prepararam uma notificação em conjunto com outras instituições e enviaram para a desembargadora Maria Collares, as juízas Jane Carneiro e Salete Macaloz, ao Ministério Público, ao Ministério do Meio Ambiente, aos governadores de Minas Gerias e Rio de Janeiro, ao prefeito de Itaguaí, entre outros (Anexo F). Na notificação era solicitado o cancelamento do leilão da Cia. Mercantil e Industrial Ingá, tendo em vista a existência de diversas irregularidades, além da não indenização/ ressarcimento dos pescadores artesanais que foram prejudicados durante anos com os vazamentos de metais pesados que contaminaram a Baía de Sepetiba e seus manguezais, comprometendo a pesca artesanal e o turismo.

Embora toda resistência à Ingá tenha sido realizada por diversas entidades de pesca da Baía de Sepetiba, foi a APAPG uma das principais articuladoras desse movimento, junto à Federação à qual é filiada, fazendo contatos, organizando grupos, como por exemplo, a barqueata. Contudo, mesmo com toda a tentativa de impedimento do leilão da Ingá, considerada o maior passivo ambiental do estado do Rio de Janeiro (Foto 4), a empresa finalmente foi arrematada pela Usiminas setenta e dois milhões de reais, que se comprometeu a dar destino ao passivo ambiental envelopando os rejeitos com material especial, que serviria como apoio na construção de seu porto particular na Baía de Sepetiba.

Foto 4 - Terreno com rejeito e dique arrematado pela Usiminas.
Fonte: Horn, 2009.

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 0912476/CA

Cabe ressaltar que até os dias atuais, os pescadores (estimados em cerca de 8070 pela Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro) que sobrevivem diretamente do ecossistema não foram indenizados. Dessa forma, os pescadores têm se articulado com ações judiciais na tentativa de ainda serem indenizados por danos morais e materiais. Além disso, acionaram a Justiça pela contaminação nos pescados e crustáceos (camarões, siris e caranguejos), que podem contaminar seres humanos pela cadeia alimentar. Dentre as ações na justiça, são réus além dos ex-proprietários da Cia. Ingá Mercantil, a Prefeitura de Itaguaí, a FEEMA e o IBAMA.

Remobilizar os sedimentos no fundo da Baía de Sepetiba, é remobilizar, também, um passado de conflitos, tornando a história da poluição dos metais pesados na Baía de Sepetiba foco de conflitos pelas mudanças causadas no ambiente, com capítulos ainda a serem concluídos, pois os sistemas sociais são submetidos a essas mudanças (MARTINS, 2008). As marcas deixadas pela Cia. Mercantil Ingá durante décadas acumulados nos sedimentos, atualmente voltam à tona. Além da remoção dos metais pesados em sedimentos na construção do porto, ainda há a questão do desmatamento de manguezal e a possível defaunação típica da área.

A principal referência de estudos que se tem sobre poluição por metais pesados em sedimentos para a Baía de Sepetiba é o Diagnóstico de Qualidade de Água e Sedimentos da Baía de Sepetiba, realizado pela FEEMA (2006). Por ser a instituição do poder público responsável pelo monitoramento é relevante destacar o trabalho realizado no período de 2000 à 2005, sendo publicado em 2006.

A metodologia da FEEMA para monitorar a Baía de Sepetiba foi a coleta de amostras em vinte e seis pontos. Os resultados foram apresentados para cada ponto, não havendo cálculo para a Baía como um todo, pois poderia se perder a riqueza das informações contidas. Assim, se optou por mostrar a figura abrangendo os pontos de coleta, para verificar as áreas mais poluídas. Entretanto, o intuito de mostrar a figura é revelar as evidências da presença dos metais pesados em sedimentos e não estar preso a dados numéricos. Considerar a

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 0912476/CA

poluição por metais pesados na Baía de Sepetiba como a gênese da insustentabilidade ambiental é concordar com VIRGA et al (2007, p 779) ao se referir que:

> "metais pesados por não serem biodegradáveis podem se acumular nos tecidos vivos ao longo da cadeia alimentar chegando ao ser humano principalmente por meio da alimentação."

Nesse sentido, o acúmulo de metais pesados nos tecidos vivos ao longo da cadeia alimentar podem explicar a situação das espécies, elaborada com base nos dados da Prefeitura do Rio de Janeiro, que mostram diversas espécies da fauna da Baía de Sepetiba em situações adversas (Tabela 1).

***Nomes científicos e vulgares**	**Status**	**Distribuição**
1- Anas bahamensis (Linnaeus) – Marreca toucinho.	VU	APA das Brisas, Marapendi
2- Netta erythrophthalma – Marreca-preta, marreca-de-olhos-vermelhos.	VU	APA das Brisas, Marapendi
3- Sarkidiornis melanotos (Pennant, 1769) – Pato-de-crista.	RA, CP	APA das Brisas
4- Rallus Maculatus (Boddaert, 1783) – Saracura-carijó.	RA, EP	Pedra de Guaratiba
5- Amazona amazonica – Papagaio-do-mangue.	RA, EP	Sepetiba
6- Cardisoma guainhumi (Latreille) – Guaiamum.	VU	manguezais

Tabela 1[5]- Espécies nativas da fauna ameaçadas de extinção.
Fonte: Adaptado da Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro, 1998.

Contudo, não há a intenção de se afirmar que tais espécies estão nessas situações devido à contaminação por metais pesados, mas de esclarecer a necessidade de novas pesquisas acadêmicas para verificar se há relação com a poluição. Dessa forma, devem ser observados os hábitos alimentares das espécies

[5] As siglas são padronizadas pela International Union of Conservation of the Nature (IUCN, 1994).
EP (em perigo)- A espécie vem sofrendo pressões e breve se encontrará num estado crítico;
VU (vulnerável)- a espécie vem apresentando redução significativa em suas populações;
CP (criticamente em perigo)- a espécie encontra-se num estado crítico, com populações instáveis;
RA (rara)- espécie com populações reduzidas na natureza ou que raramente foi observada.

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 0912476/CA

a serem estudadas e seus papéis no ecossistema da baía. Assim, será possível chegar a uma provável relação entre poluição e espécies ameaçadas de extinção, considerando-se a poluição uma pressão no ambiente que resultaria em impacto negativo com a ameaça de extinção de espécies da fauna, principalmente de aves, como a saracura-carijó, que geralmente têm hábitos alimentares também à base de peixes e crustáceos que estão contaminados.

Alguns trabalhos foram realizados com respeito à contaminação de seres vivos por metais pesados como Pfeiffer et al (1985), Rezende e Lacerda (1986), Lacerda et al (1989), e Rebelo (2001). Entretanto, há a necessidade de verificar a interferência dessa contaminação na cadeia alimentar, chegando até mesmo à saúde humana, tendo em vista que tais contaminações podem levar a efeitos descritos na tabela 2.

Metais Pesados	**Fontes**	**Efeitos**
Cádmio	Carvão, mineração de zinco.	Doenças cardiovasculares, hipertensão.
Zinco	Acabamento de metais, mineração e carvão.	Efeitos no pulmão.

Tabela 2- Metais pesados, fontes e possíveis efeitos na saúde humana.
Fonte: Adaptado de Porto, 1991.

Ainda não há estudos em peixes na Baía de Sepetiba que comprovem contaminação. Entretanto, os aspectos de peixes deformados já foram noticiados, com alteração no tamanho dos olhos, cegos e com prováveis tumores (DARIANO e BRAGA, 2008). No que tange à contaminação através da cadeia alimentar, mesmo sem comprovações, é provável que espécies passem a contaminação para outras espécies, como o robalo que se alimenta da tainha, que por sua vez é herbívora e sua fonte de alimento são os planctos, que são os primeiros a se contaminarem quando os metais são remobilizados (FILGUEIRAS, 2006). Assim, como esse exemplo existem os moluscos, os crustáceos e diversas espécies, que direta ou indiretamente irão chegar até o homem podendo trazer efeitos nocivos à saúde.

O pescado está reduzido em cerca de 70% segundo os pescadores, comprometendo a caracterização das comunidades tradicionais como de

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 0912476/CA

pescadores artesanais e caiçaras ao longo da Baía, dos quais muitos já afirmam o abandono devido à ausência ou impossibilidade do pescado como fonte de renda. Todavia, a redução segundo a Consultoria Multiservice (1997) é condicionada à pesca predatória por embarcações mais equipadas que não respeitam o período da reprodução. Entretanto, o ecossistema já está sofrendo possíveis impactos relativos a contaminação por metais pesados. Dessa forma, o saber do pescador artesanal não pode ser descartado, pois seria desprezar um conhecimento vivido na prática do dia-a-dia.

Segundo os pescadores artesanais em Pedra de Guaratiba (APAPG) não só o pescado vem sofrendo redução como há espécies de peixes que não são capturadas por volta de vinte anos, como o canhanha (*Archosargus rhomboidalis*), que ocorre na maior parte do litoral brasileiro. Esta espécie não se encontra na lista de espécies ameaçadas de extinção do IBAMA. Este fato pode ser explicado pelo trabalho da instituição que divulga a relação de forma homogeneizada, não considerando que a espécie pode sofrer ameaças em escala local, como provavelmente neste caso. Todos os problemas relativos à Baía de Sepetiba podem ter ocasionado a extinção dessa espécie da área, ou forçado uma migração, que deve ser melhor entendida com estudos frente às mudanças existentes na área.

No que tange à concentração por metais pesados nos sedimentos da Baía de Sepetiba, o zinco e o cádmio apresentaram os maiores índices em todos os pontos de coleta (FEEMA, 2006). Dessa forma, em algumas estações os níveis apresentaram-se bem mais elevados que outras para o zinco (Figura 4). Todavia, quase todas as estações de coletas apresentaram resultados acima do ISQG[6] (Canadian Sediment Guidelines), que para a Baía de Sepetiba é de 124 mg/ g, com medianas bem elevadas a partir de 2001.

[6] Medida de referência internacional para ambientes aquáticos, como lagoas e baías.

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 0912476/CA

Figura 4 - Mediana de concentração de zinco na Baía de Sepetiba, RJ (2001/ 2005), Fonte: FEMA, 2006.

Através da figura 4 percebe-se que nos anos de monitoramento os valores são maiores no interior da Baía, sobretudo mais próximos à localização da falida Ingá e da construção do porto da TKCSA, onde o zinco é remobilizado para a construção do retro-porto. Os pescadores que exercem atividade nesse local pescam em área completamente contaminada.

Para o metal pesado cádmio a mediana de concentração na Baía de Sepetiba se apresentou bastante elevada em todos os pontos onde houve coletas de amostra dos sedimentos (Figura 5). Assim como o zinco, o cádmio está aqui representado por ser o metal pesado que também era utilizado na época de atividade da Cia Mercantil Ingá, além de serem os metais pesados que apresentam maiores índices na Baía de Sepetiba (FEEMA, 2006). A presença desses metais pesados nos sedimentos da Baía de Sepetiba é considerada evidências dos vazamentos do dique da empresa falida Ingá.

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 0912476/CA

Figura 5 - Mediana de concentração de cádmio na Baía de Sepetiba, RJ (2001/2005), Fonte: FEEMA, 2006.

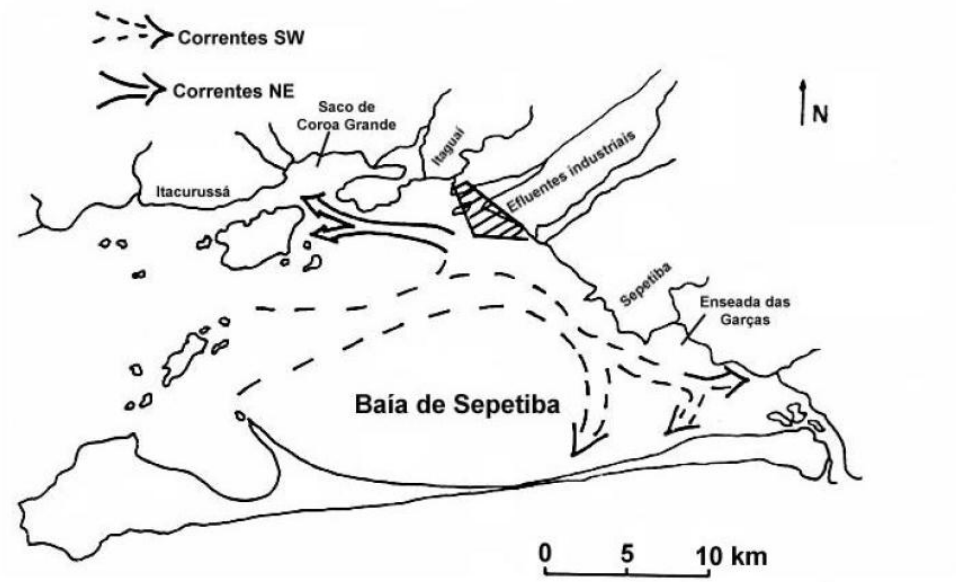
PUC-Rio - Certificação Digital Nº 0912476/CA

O diagnóstico realizado pela FEEMA (2006) mostra outros metais pesados (mercúrio, chumbo, arsênio, cobre) também presentes na Baía de Sepetiba em menor proporção, entretanto, não se pode associar à empresa falida, pois não utilizava tais tipos de metais pesados, devendo-se realizar futuros trabalhos a fim de identificar possíveis fontes poluidoras.

Entre os estudos levantados pela Consultoria Multiservice (1997) constata-se que os metais pesados estão mais concentrados nos 50 cm superficiais. O problema dos metais pesados é o risco potencial para a fauna da Baía e para a saúde humana. Se esses metais forem remobilizados, por exemplo, a partir de dragagem feita na Baía, eles podem alcançar a cadeia alimentar, acumulando-se e atingindo as pessoas que consomem peixes.

Outro fator importante que deve ser levado em consideração é sem dúvida as correntes marinhas da Baía de Sepetiba (Mapa 2). Como mostra o mapa da Baia, a principal corrente no centro faz um movimento no sentido horário que

naturalmente mobiliza os sedimentos mais finos, contribuindo para que os metais pesados se espalhem, distribuindo-se por todo o fundo da Baía, comprometendo a qualidade da água e, consequentemente, a cadeia alimentar.



Mapa 2- Correntes marinhas da Baía de Sepetiba.
Fonte: Coimbra, 2003.

O acúmulo de sedimentos na Baía de Sepetiba vem provocando o assoreamento, principalmente no litoral, fato que tem prejudicado muito a pesca artesanal, pois os pescadores têm que andar pela lama cerca de duzentos metros até chegar ao barco, em dias de maré baixa, como ilustra a (Foto 5). Segundo os pescadores, tal fato atrapalha a pesca com armadilha, pois dificulta a armação que ocorre nas margens. Para os pescadores a causa do assoreamento, além de ser um processo natural, é devido às dragagens para a ampliação do porto de Itaguaí (de responsabilidade da Companhia Docas) e do porto da TKCSA.

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 0912476/CA

Foto 5 - Assoreamento em Pedra de Guaratiba.
Fonte: Elaborado pelo autor, 2010.

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 0912476/CA

Um trabalho realizado pela Consultoria Ecologus (1998) mostra que a lâmina d'água tem diminuído e que o acúmulo de sedimentos ocorre principalmente devido aos São Francisco, Guandu e Guarda, fazendo com que a linha da costa já tenha aumentado em cerca de trezentos e noventa e cinco metros. Para mitigar esta situação a Prefeitura do Rio de Janeiro construiu um píer que os pescadores da APAPG criticam muito, já que na opinião deles, deveria haver um projeto para retirar os sedimentos que assoreiam a Baía, pois a construção do píer é passar por cima e ignorar a degradação que está abaixo (Foto 6). Por isso, a construção do píer gerou conflitos, com ação na justiça até mesmo pelo tipo de madeira utilizada e pela APAPG não aceitar essa forma de compensação pelo assoreamento.

Foto 6 - Píer para a retirada do pescado nos barcos em Pedra de Guaratiba.
Fonte: Elaborado pelo autor, 2010.

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 0912476/CA

Para o pescador artesanal o assoreamento é um dos grandes impedimentos para exercer suas atividades, seja com cercadas ou pesca com redes. Essa evidência faz com que haja a necessidade de pesquisas sobre o aporte dos sedimentos dos rios que deságuam na Baía de Sepetiba. Entretanto, não se pode desconsiderar as dragagens para ampliação do Porto de Itaguaí e a construção de portos que podem contribuir muito para tal assoreamento.

Pela situação histórica e atual da instalação das empresas no litoral da Baía de Sepetiba e as contaminações nos sedimentos e posteriormente na água, que interferem nas condições do pescado, tanto quantitativamente como qualitativamente, os pescadores artesanais classificam a suas condições de trabalho atreladas às condições ambientais como de “insustentabilidade”.

Condicionar a dimensão social do pescador artesanal aos problemas ambientais, que são de insustentabilidades na visão do pescador artesanal, é tratar as dimensões de forma agregada, uma sendo condicionada à outra, não se

podendo cair na discussão das dimensões da sustentabilidade de forma desagregada, que se integram somente na construção de índices, sem diálogo, para medição das condições da sustentabilidade ou não.

Para Herrero (2002, p. 67), a noção de sustentabilidade está como processo de equilíbrio das dimensões social, ambiental e econômica, sendo assim, o autor deixa explícito que a mesma deve estar preparada para a adaptação às mudanças:

> "a sustentabilidade é uma premissa básica do desenvolvimento sustentável, porém não é tudo para definir uma opção social. Poderíamos pensar em processos sustentáveis do uso dos recursos naturais sem que necessariamente as condições e a qualidade de vida do presente e do futuro sejam as mais desejáveis para a totalidade ou para parte da população humana".

Na noção de Herrero (2002) só haverá desenvolvimento sustentável se houver equilíbrio entre as dimensões, sendo a sustentabilidade um processo para alcançá-la. Essa perspectiva para Leff (2001) de equilíbrio é definido por um padrão homogêneo de bem-estar para a população, no qual a sustentabilidade reforça o domínio do mercado e do Estado sobre a autonomia dos povos, deixando de gerar as condições necessárias para a apropriação dos recursos, mediados pelos valores culturais e pelos interesses sociais de cada comunidade. Segundo Leff (2001, p. 75):

> "É nas comunidades de base e em nível local que os princípios do ambientalismo tomam todo o seu sentido como potencial produtivo, diversidade cultural e participação social, para a construção dessa nova racionalidade produtiva".

A ideia de Herrero (2002) sobre o equilíbrio das dimensões da sustentabilidade é vista por Leff (2001) como algo difícil de alcançar , pois há uma assimetria entre a dimensão econômica e a ambiental, que quando discutida nos remete ao ideário do desenvolvimento econômico. A sustentabilidade econômica sempre necessita de recursos, que gera desigualdades às populações locais no que se refere ao acesso aos recursos. Para Rua (2007, p. 10) "as diversas sustentabilidades (chamadas assim pelas várias dimensões) são fundamentalmente espaciais, por estarem sujeitas a movimentos de apropriação e/ ou dominação consoante a sociedade em que estejam inseridas."

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 0912476/CA

Dessa forma, a sustentabilidade é vista como uma condição social, por isso o direito dos pescadores artesanais, de se considerar sustentável ou não, deve ser reconhecido. Acselrad e Leroy (1999) afirmam que para que isso ocorra de fato é preciso o aprofundamento da democracia, pois não considerar o desejo, para a totalidade ou parte dela, no caso os pescadores artesanais, é desprezar a visão de Castoriadis (1987) sobre a refundação da democracia pelo viés da autonomia como direito de refletir. Nesse sentido, a autonomia aplicada aos pescadores artesanais é pensar a heteronomia que é imposta por situações em que a coletividade é submetida através de poderes das empresas.

Discutir a autonomia pelo viés de Castoriadis (1987) é expandir o horizonte do pensamento complexo, o qual Morin (1999) não tem a intenção de reduzi-lo às simplificações, mas de colaborar para responder aos principais desafios do pensamento contemporâneo, como as sustentabilidades, livrando do pensamento simplista, que recai sobre o reducionismo teórico, sem a inteligibilidade do diálogo, limitando a ação das ciências sociais.

No âmbito de nossa análise, não se pode pensar sustentabilidade de modo simples como classifica Herrero (2002), sendo necessário buscar aportes teóricos para entender a realidade dos pescadores artesanais da Pedra de Guaratiba. Nesse sentido, pensar sustentabilidades, é pensar a assimetria das dimensões econômica e ambiental, assim como a indissociabilidade da dimensão ambiental com a social. Para Moreira (1999, p. 244) a forma como o relatório Nosso Futuro Comum foi produzido deu a conotação “ao conceito de sustentabilidade de um conceito acabado”. Entretanto, a complexidade de pensar as sustentabilidades direciona pensar o desenvolvimento, que é cunhado no imaginário Ocidental na lógica do iluminismo e trazido para as ciências sociais pelo evolucionismo, além dos padrões de desenvolvimento que cada sociedade estabelece (RUA, 2007).

Ao abordar sustentabilidades pelo viés crítico do pensamento complexo, ao qual Rua (2007) apoiado em Sachs (2002) e Guimarães (1997) discute, traz consigo um conjunto de ideias que reforçam a reflexão, como dominação, resistência, desenvolvimento, autonomia, ocidentalização mundial, entre outros. Apesar do enfoque cultural ser o pilar central que sustenta o discurso para chegar

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 0912476/CA

à dominação, é o econômico e o ambiental, que tem maior destaque (até aqui) pelo fato de serem assimétricos.

A assimetria está inclusa no modelo de desenvolvimento adotado pela sociedade contemporânea, que não leva em conta a degradação do ambiente (nesse contexto se observa a Baía de Sepetiba), ao reproduzir para fins de manter a sustentabilidade econômica.

A ideia da sustentabilidade econômica provocar a degradação ambiental e aniquilar culturas como a dos pescadores artesanais fez com que ao longo dos anos fossem discutidos modelos que visassem a qualidade de vida de forma sustentável, que leva à conotação de equilíbrio. Esse discurso que levou à ideia de desenvolvimento sustentável teve primórdios com o termo ecodesenvolvimento, na Conferência de Estocolmo, em 1972, quando Maurice Strong tentou relacionar os conceitos de desenvolvimento com meio ambiente (FREITAS, 2004). A proposta de desenvolvimento sustentável surge na Assembléia Geral das Nações Unidas, em 1987, apresentado pela Comissão Mundial sobre o Meio Ambiente no Relatório Nosso Futuro Comum "o desenvolvimento que satisfaz as necessidades do presente, sem comprometer a habilidade das gerações futuras de satisfazerem suas próprias necessidades" (CMMD, 1991, p. 46).

Não há uma definição precisa sobre o desenvolvimento sustentável, pois existem variadas ideias expressadas através do posicionamento de seus definidores e interpretes, suas ideologias carregadas de crenças individuais (SILVA e MENDES, 2005). Assim, para Motta (1996), o desenvolvimento sustentável surge como a capacidade de gerar bens e serviços ambientais. Constanza (1991) afirma que o conceito deve ser atrelado ao modelo econômico, com mudança mais gradativa no ambiente. Pronk e Ul Haq (1992) destacam que só há desenvolvimento sustentável quando surge oportunidade igual para todas as pessoas, a partir do crescimento econômico.

Todavia, o termo desenvolvimento sustentável é fator limitante da discussão da noção de sustentabilidade, quando utilizado como método para alcançar sua finalidade. Para Moreira (1999, p. 262) o conceito de sustentabilidade não está acabado e precisa sempre ser discutido numa perspectiva

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 0912476/CA

analítica que identifique "presença de um caráter de classe nos movimentos ambientalistas". Nesse sentido, o movimento da luta de classe dos pecadores artesanais na Pedra de Guaratiba dificilmente poderia ser identificado, ou mesmo discutido pelo viés interpretativo da sustentabilidade como conceito definido na discussão do desenvolvimento sustentável, que para Acselrad e Leroy (1999, p. 4):

> "não escapa à hegemonia do mercado, nítida quando, na Introdução, a Sra. Brundtland salienta que "hoje, precisamos de uma nova era de crescimento econômico, um crescimento vigoroso e, ao mesmo tempo, social e ambientalmente sustentável".

Para Acselrad e Leroy (1999) o "mercado e a economia" são categorias centrais no bojo da discussão sobre desenvolvimento sustentável, que foi uma ideia criada para dar novo fôlego ao ideário do desenvolvimento econômico, que vinha sendo discutido com exaustão.

Contudo, para diversos autores como Souza (1996) e Rua et al (2009) ao discutir desenvolvimento, há uma limitação teórica, se reproduzindo o discurso, dando novo fôlego, onde geralmente não se apresenta uma sugestão contrária ao modelo de crescimento econômico. Não há nada mais atual que a propaganda da empresa TKCSA, com a frase "Nós pensamos o futuro do aço" que deixa explícita a preocupação com o crescimento econômico, que está inserido nesse modelo de desenvolvimento (Foto 7).

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 0912476/CA

Foto 7- Propaganda da TKCSA.
Fonte: TKCSA, 2006.

Para Souza (1996) o desenvolvimento como crescimento econômico tem sido discutido de uma forma limitada reforçando a lógica da ocidentalização. Atualmente, se discute muito desenvolvimento, porém reproduzindo o discurso de outra forma, até mesmo através do desenvolvimento sustentável, que na visão do autor dá fôlego à antiga discussão de desenvolvimento, o que denomina de "fadiga teórica". A crítica de Souza (1996) é por não haver uma sugestão contrária à proposta de desenvolvimento que homogeniza, aniquilando o modelo de desenvolvimento que a sociedade pode optar, decidindo pelo viés da autonomia, conduzindo o desenvolvimento de baixo para cima.

Há a necessidade de se resgatar a ideia de desenvolvimento e não abandoná-la pela exaustão teórica da sua reprodução, mas entender o modelo de desenvolvimento que cada agente coletivo (nesse caso os pescadores da Pedra de Guaratiba) se propõe para dialogar com o que é imposto. O grupo de pescadores artesanais da Pedra de Guaratiba (APAPG) entende como modelo de desenvolvimento para a classe, o investimento na qualidade ambiental da Baía de Sepetiba para que aumente a quantidade de pescado, que durante vinte anos reduziu 70% e comprometeu a qualidade pelas contaminações. Até então, o

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 0912476/CA

modelo de desenvolvimento, que é hegemônico, que busca a sustentabilidade do Estado, provoca insustentabilidade na visão desses homens, trazendo um ordenamento territorial para as indústrias, reconstruindo o que Lefebvre (1991) chama de espaço concebido, promovendo uma tensão com o espaço percebido e vivido dos pescadores artesanais. Essa tensão em Pedra de Guaratiba vivida pelos pescadores artesanais da APAPG é a própria contestação ao espaço hegemônico, porém segundo o próprio Lefebvre (1991) a hegemonia só existe se houver aceitação pela parte dominada.

As contradições das diferentes interpretações sobre sustentabilidade aqui em discussão é resultado da concepção de natureza que herdamos, ou seja, correspondente à concepção moderna, que lhe impõe um valor de uso e valor de troca. Para Neil Smith (1988), os significados acumulados de natureza surgiram à luz do capitalismo, que são moldados e adaptados em concepções à época atual. A ideia do mito da natureza intocada escrita por Diegues (2004) é uma das concepções cunhadas pelo capitalismo à qual o homem é dissociável da natureza, reafirmando a estratégia de dominação e reprodução do capital.

A visão de dissociação da sociedade e a natureza é a linha da concepção do modernismo, quando é analisada de forma mecânica e fragmentada, comparada como uma máquina, cujas engrenagens podem ser manipuladas pelos homens. A manipulação da natureza pelos homens, segundo Smith (1988), vem pelo tratamento, a fim de favorecer o consumismo dos recursos naturais.

Retomando aqui a ideia de valor de uso e valor de troca, a natureza na concepção moderna tem um valor de uso que está submisso ao valor de troca, sendo uma de suas expressões a produção das grandes corporações industriais. Para o pescador artesanal o seu trabalho é valor de uso, que tem o peixe como objeto de trabalho. Nesse sentido, o lucro imposto pelo valor de troca das empresas na Baía de Sepetiba determina a deterioração do valor de uso do pescador.

Alguns autores ligados à economia têm defendido a ideia da valoração da natureza, como Carvalho e Barcellos (2003) que inclusive mencionam métodos para valorar economicamente o ambiente. Não se pretende descartar o trabalho

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 0912476/CA

dos economistas, mas sim questionar a eficácia dos métodos que não resolvem os conflitos ambientais (LEFF, 2001), pelo contrário, pode ser até um incentivo à exploração dos recursos, visto pelo viés de que o valor monetário possa resolver tudo.

Na Baía de Sepetiba, as medidas compensatórias, são exemplos claros disso, uma vez que as empresas como a TKCSA liberam quantias vultuosas a entidades ligadas à pesca, com a finalidade de compensar os danos causados ao ambiente (anexo J). Para os pescadores artesanais da Pedra de Guaratiba que não aceitam valores monetários, as medidas não compensam a perda da identidade cultural, que depende da condição de ser pescador.

Esse reconhecimento dos pescadores artesanais da APAPG revela a singularidade que existe na Pedra de Guaratiba, mostrando a visão crítica e politizada em relação ao poder do discurso da ideologia do desenvolvimento que tenta dominar o imaginário social (ACSELRAD e LEROY, 1999), reproduzida em diversas escalas, como "progresso" na bandeira nacional, ou "pensamos o futuro do aço" no slogan da TKCSA. A frase reflete como uma justificativa no que se refere às degradações impostas às condições da Baía de Sepetiba e da vida de quem dela depende, dando a conotação de que o lucro e o progresso econômico é o que importa, passando por cima também de valores culturais, como ocorre com os pescadores artesanais.

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 0912476/CA

2.2.
Vetores de transformação territorial

O processo de construção do Porto de Itaguaí (Sepetiba), na década de 1970, no município de Itaguaí foi concebido para atender às indústrias que ali se instalavam e atrair novos investimentos. Dessa forma, chegou a aproximadamente 400 instalações industriais no litoral da Baía de Sepetiba em 2000 (PELLEGATTI, 2000), fato que provocou intensa urbanização. Entre as mais atendidas inicialmente, estava a antiga empresa Vale do Rio Doce (atual empresa Vale S/ A) com a descarga de alumina e a Companhia Siderúrgica Nacional – CSN com carvão.

Simultaneamente à implementação do Porto de Itaguaí, ocorreu o processo de expansão industrial na zona oeste do município do Rio de Janeiro, a partir da década de 1970 e municípios adjacentes, como Itaguaí na década de 1960, assim, contribuindo para a degradação do ecossistema da Baía de Sepetiba pelos rejeitos de metais pesados que se acumularam durante décadas nos sedimentos, além de conflitos territoriais entre os atores sociais envolvidos, geralmente com entidades ligadas à pesca artesanal.

A instalação do Porto de Itaguaí, que inicialmente havia a pretensão de que o empreendimento fosse em Sepetiba, ocorreu posteriormente à instalação da Cia. Mercantil Ingá, na década de 1970. Após estudos realizados se comprovou que a profundidade não atendia as necessidades do tráfego de navios naquela área da Baía de Sepetiba, ou seja, o bairro de Sepetiba, pertencente ao município do Rio de Janeiro, antigo Estado da Guanabara. Com a fusão do Estado da Guanabara com o Estado do Rio de Janeiro, em 1975, a responsabilidade da instalação do empreendimento ficou a cargo da Companhia Docas do Rio de Janeiro – CDRJ, que iniciou a construção do píer em 1976, passando pelas fases necessárias, até a inauguração, em 7 de maio de 1982 (CDRJ, 2010). O Porto de Itaguaí foi concebido com a finalidade de desconcentrar o fluxo do Porto do Rio de Janeiro, entretanto, atualmente, a sua ampliação tem a intencionalidade de captar a produção de grãos do Cerrado (ACSELRAD, HOLLANDA & BREDARIO, 1999).

Essa simultaneidade histórica pode ser entendida pelo que Santos (1996) chama de “convergência dos momentos”, que é o acompanhamento dos eventos no espaço, dada pela configuração territorial no litoral da Baía de Sepetiba. A convergência de momentos, que são os eventos ocorrendo simultaneamente no espaço é discutida por Harvey (1992) em “A Condição pós-moderna”, onde o autor dedica um capítulo (a compressão tempo-espaço e a condição pós-moderna) para discutir a importância dos efeitos dos fluxos, no tempo em relação à distância, aniquilando o espaço, fazendo surgir o localismo.

Para Santos (1996) que evoluiu a ideia de fluxos e fixos para sistema de ações e sistema de objetos, uma abordagem na configuração dos objetos (territorial) requer uma análise na evolução espaço-tempo, que se inicia com a

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 0912476/CA

Cia. Mercantil Ingá, passando pela implementação do Porto de Itaguaí, a qual facilitará outros empreendimentos, até os dias atuais. O sistema de objetos e o sistema de ações redefinem o espaço, que através das interações sociais o tornam como território, sendo cada vez mais artificial.

O objeto é sempre concebido com uma intencionalidade, assim pode se dizer que é um objeto técnico, pois é o resultado da técnica, onde a sociedade vive, produz e recria o espaço. Nesse sentido, o Porto de Itaguaí se apresenta como um objeto técnico, o qual foi concebido para facilitar ações. O Porto de Itaguaí tem recebido investimentos, como obras para sua ampliação, além da criação de um pátio para contêineres (Foto 8).

Foto 8: Pátio de contêineres do Porto de Itaguaí.
Fonte: FEEMA, 2006.

Para Santos (1996), a intencionalidade das ações está relacionada à intencionalidade dos objetos. Essa lógica de Santos é exposta por Moreira (1982, p.40), quando afirma que:

> "o espaço geográfico é esse quadro de organização, onde os meios de produção se dispõem na distribuição territorial adequada à reprodução e encarnam a própria forma como a segunda natureza se modeliza como condição de produção."

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 0912476/CA

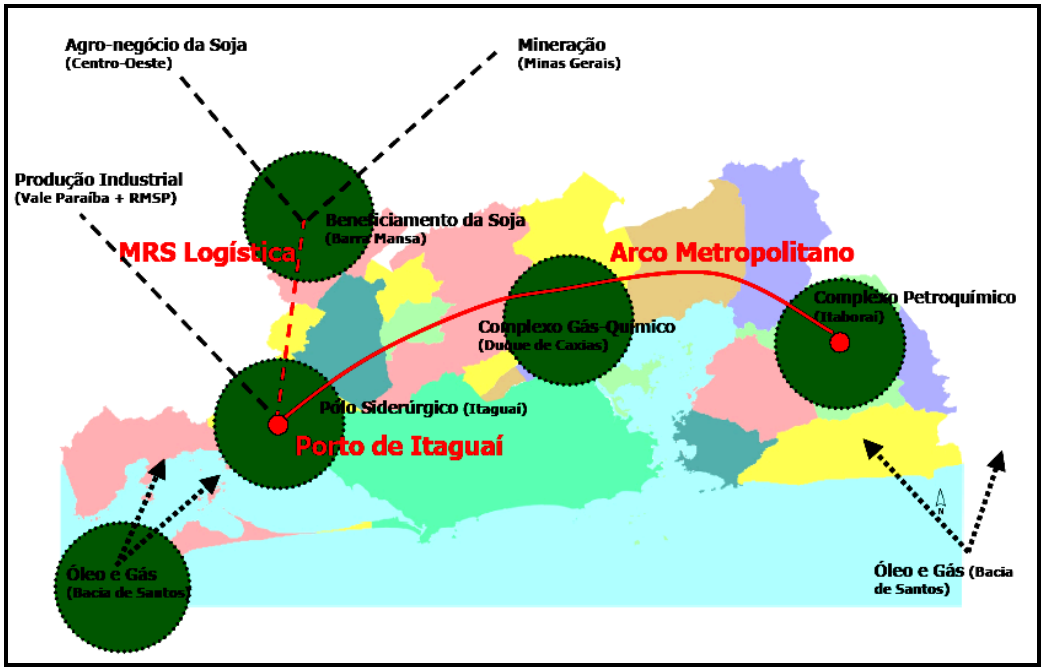
Esse quadro de organização que para Moreira (1982) é o espaço geográfico, Santos (1996) chama de sistema de ações e objetos. Entretanto, para o autor sistema não é discutido pelo ponto de vista fechado, concordando com Massey (2008), quando afirma que é uma produção contínua e aberta, ou seja, inacabado, sempre em devir, como um espiral sem fim, dando ideia ao incompleto devido à indissociabilidade do tempo.

Nesse sentido, se faz necessária uma abordagem dos investimentos que o litoral da Baía de Sepetiba vem recebendo, a fim de compreender o espaço, no que Soja (1983) chamou de "espaço projetado", ou seja, necessário para receber investimentos, como no Porto de Itaguaí, que ao longo dos anos veio criando novos terminais, como de granéis sólidos, alumina e carvão (Foto 9). Estes investimentos estão sobre um recorte espacial que é amplamente caracterizado pela potencialidade de conflitos, pois existem ali comunidades de pescadores artesanais, o que é objeto de contradição ao desenvolvimento como crescimento econômico na lógica do capitalismo, que não interfere no modo de produção dos pescadores, assim como reorganiza à sociedade.

Foto 9: Porto de Itaguaí - Terminais de Granéis Sólidos.
Fonte: FEEMA, 2006.

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 0912476/CA

Nos últimos anos, a partir de 2008, o Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) do governo federal, no estado do Rio de Janeiro, vem incrementando um modelo de crescimento econômico com investimento em infra-estrutura como o Arco Metropolitano e aprofundamento do Porto de Itaguaí para que navios mais pesados tenham acesso ao terminal, que facilita o aumento dos fluxos no litoral da Baía, previsto no Plano Nacional de Dragagem, que faz parte do PAC, orçado em setenta e nove milhões e oitocentos e noventa mil reais (Mapa 3).



Mapa 3: Mapa Esquemático dos Novos Vetores de Transformação da Baía de Sepetiba.
Fonte: GUSMÃO, 2007.

Além disso, financiamentos do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES, isenções de impostos e fragilidade das legislações trabalhistas e ambientais são atrativos para a instalação de projetos de pólo industrial, com portos particulares para escoamento de minério de ferro, como o da TKCSA, além das indústrias como a Companhia Siderúrgica Nacional - CSN, a Gerdau, a Petrobrás, a Usina Siderúrgica de Minas Gerais - USIMINAS e a Logística S.A.- LLX, a construção de estaleiros, usinas siderúrgicas e termelétricas atraídas pelo pólo portuário, que deverá ser o maior de toda a América Latina.

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 0912476/CA

Assim como na época da instalação da Ingá, os pescadores tinham conhecimento do que a construção de um porto causaria, principalmente pela redução da área de pesca, mas não tinham as articulações necessárias para recorrerem a uma resistência. Daí ser recente o conflito de pescadores artesanais (em especial a APAPG) com a Companhia Docas do Rio de Janeiro. Os pescadores acusam a companhia pelos assoreamentos, que segundo eles são causados pelas dragagens para aprofundamento da Baía visando à entrada de navios mais pesados. Com isso, os pescadores artesanais da Pedra de Guaratiba defendem a ideia de que o assoreamento intenso no litoral da Baia de Sepetiba é causado pelos sedimentos que vem pelos rios, porém têm como o principal motivo da intensificação as dragagens da CDRJ, que foi processada no ano de 2003 no Tribunal Regional Federal - TRF, com o processo nº 2003.51.01.022386-0, que terminou em 2008, condenando a Companhia Docas a despejar o material dragado em mar aberto, além de realizar obras para compensar o dano ambiental a ser proposto pelo Ministério Público Federal- MPF.

Essa configuração de conflitos com a empresa CDRJ já estava prevista, uma vez que o projeto de ampliação do Porto de Itaguaí é "fortemente influenciado pelo ideário político desenvolvimentista de então" (ACSELRAD, HOLLANDA e BREDARIOL, 1999, p. 246). Segundo os autores a dimensão ambiental adquiriria novo peso e novos sentidos no projeto de ampliação do Porto de Itaguaí. Contudo, a problemática ambiental atinge inclusive a dimensão cultural dos pescadores artesanais, gerando inclusive ações na Justiça, dando novos sentidos como destacou Acselrad, Hollanda e Bredariol (1999).

Os investimentos no litoral da Baía de Sepetiba são concebidos com a intencionalidade de trazer novas empresas, como ocorreu com a chegada da Tyssen Krupp Companhia Siderúrgica do Atlântico – TKCSA. A chegada da empresa Tyssen Krupp, a qual associou-se com a Vale S/ A (27%) em 2006 formando a Companhia Siderúrgica do Atlântico - CSA, também conhecida como TKCSA, inicia um plano para a construção de um complexo siderúrgico, construindo inclusive um porto particular, aumentando ainda mais os conflitos na Baía de Sepetiba com as comunidades tradicionais. A TyssenKrupp é de origem alemã, nascendo da fusão das empresas Thyssen e Krupp em 1998, ambas

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 0912476/CA

fundadas em 1811 e 1867, respectivamente. Atualmente, operam também na área siderúrgica e empregam cerca de cento e oitenta e quatro mil trabalhadores no mundo, sendo nove mil e seiscentos no Brasil (FUNDAÇÃO ROSA LUXEMBURGO, 2008).

A empresa foi atraída pelos investimentos no litoral da Baía de Sepetiba, onde está prevista a construção de um complexo portuário beneficiado por uma logística com investimentos do Programa de Aceleração do Crescimento – PAC, como o Arco Metropolitano, sendo a primeira de uma série a se instalar com portos particulares na Baía de Sepetiba (Mapa 4). Tais investimentos revelam as intencionalidades pela qual os objetos são construídos, revelando que o lugar concede cada vez mais privilégios e vantagens para atrair as atividades das empresas. Para Acselrad (2004, p.3) estes privilégios e vantagens são chamados de chantagem locacional, tendo em vista que:

> "os grandes investidores envolvem, quando não submetem a, todos aqueles que buscam o emprego, a geração de divisas e a receita pública a qualquer custo. No plano nacional, se não obtiverem vantagens financeiras, liberdade de remessa de lucros, estabilidade etc. os capitais internacionalizados ameaçam se "deslocalizar" para outros países. No plano subnacional, se não obtiverem vantagens fiscais, terreno de graça, flexibilização de normas ambientais, urbanísticas e sociais, também se "deslocalizam", penalizando, conseqüentemente, os Estados e municípios onde é maior o empenho em se preservar conquistas sociais e ambientais".

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 0912476/CA

Mapa 4: Configuração espacial das empresas no litoral da Baía de Sepetiba.
Fonte: FRL, 2008.

É possível pensar a reconstrução do espaço, ou seja, um espaço concebido proposto por Lefbvre (1991 [1974]), a partir da compreensão da imposição ao espaço vivido e percebido do pescador artesanal. Santos (1996) interpreta o espaço através da interação sociedade e natureza afirmando que com a técnica empregada pelo homem pode transformá-las em objetos, ou seja, é a técnica que vai (re) unir os sistemas de objetos e ações, resultando na (re) construção do espaço. Assim, as formas são resultados dos objetos, bem como o conteúdo social é resultado das ações. Entretanto, o autor (1996) a raiz principal da reflexão da (re) reconstrução do espaço está no entrelace de forma, estrutura, função e processo. Na base deste entrelace, refletido por Milton Santos a estrutura se traduz na forma e na função dos objetos associados às ações que torna o espaço concebido no tempo com intencionalidades (Mapa 4), materializando-se (territorializando-se), ou seja, formando as espacialidades (MOREIRA, 2006).

Ao se instalar em terreno cedido pela Prefeitura do Rio de Janeiro no bairro de Santa Cruz, a TKCSA iniciou novos conflitos com os pescadores

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 0912476/CA

artesanais, pois o terreno é uma área de manguezal no litoral da Baía de Sepetiba com o canal São Francisco à direita, constituindo um empecilho aos pescadores cercadeiros que utilizam a madeira e o litoral para fazer suas armadilhas (Foto 10).

Foto 10: Instalação da TKCSA em meio ao manguezal.
Fonte: FRL, 2008.

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 0912476/CA

Dessa forma, os pescadores artesanais mais atingidos foram os da Pedra de Guaratiba por realizarem tal atividade. A APAPG foi a primeira instituição ligada à pesca a exercer resistência contra a TKCSA. Em conjunto com o Fórum do Meio Ambiente (Organização Não-Governamental que atua em defesa do ambiente e do trabalhador) resolveram articular uma rede de instituições que inicialmente contou com a Federação das Associações de Pescadores Artesanais do Estado do Rio de Janeiro- FAPESCA, a Associação de Pescadores e Lavradores da Ilha da Madeira – APLIM, Associação de Pescadores do Canto do Rio – APESCARI, Colônia de Pescadores Z-15, Associação de Barqueiros de Itacuruçá – ABIT, entre outras. Após barqueata que paralisou por um dia a obra da TKCSA as instituições de pesca ganharam notoriedade, chamando a atenção

das ONGs Fundação Rosa Luxemburgo – FRL e a Políticas Alternativas para o Cone Sul – PACS, que passaram a apoiar a resistência (formando uma rede de instituições). A partir da formação desta rede foi possível denunciar ao Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro (Processo MPRJ nº 2005.001.001.52122.00) as agressões que vinham ocorrendo no ambiente e a falta de observância ao prescrito no Estudo de Impacto Ambiental (Foto 11).

Foto 11: Obra em terreno da TKCSA com manguezal morto.
Fonte: Zborowski, 2008.

A denúncia ao Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro - MPE fez com que o Grupo de Apoio Técnico Especializado – GATE, formados por técnicos na área ambiental do MPE visitasse o empreendimento a fim de apurar irregularidades ao que a empresa se propunha no Estudo de Impacto Ambiental. Dessa forma, o GATE concluiu que a empresa não estava em conformidade em diversos pontos, como o desmatamento do manguezal, além de vários pontos da obra do terminal portuário não estarem em conformidade com o próprio EIA.

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 0912476/CA

Além disso, as dragagens de sedimentos para a construção dos pilares no fundo da Baía de Sepetiba traziam várias espécies em período de reprodução como o pargo e a lula. Assim, a degradação não se restringiu ao desmatamento do manguezal, pois com o projeto da TKCSA de construção de um porto fez com que os sedimentos contaminados por vários vazamentos de décadas da Ingá fossem remobilizados, comprometendo a qualidade do pescado.

Outro importante motivo de conflito entre a empresa e os pescadores foi o porto construído de 3,8 Km, (Foto 12). O porto delimitou uma área da qual o pescador ficou excluído de pescar. A delimitação territorial no mar da Baía de Sepetiba por empresas, como a TKCSA que constrói portos particulares reduz a área da pesca, provocando a desterritorialização, uma vez que os pescadores faziam uso dessa área há mais tempo. O discurso da empresa de criar 3500 empregos diretos, alavancando o crescimento econômico da área leva a seguinte reflexão: de que forma seria benéfico para a região os 3500 empregos, tendo em vista que há 8070 pescadores em todo o litoral da Baía de Sepetiba?

Foto 12: Porto da TKCSA na Baía de Sepetiba.
Fonte: Mistério Público do Trabalho, 2007.

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 0912476/CA

Segundo os pescadores Ivo Siqueira Soares e Isac Alves (secretário da APAPG) muitas instituições de pescadores artesanais foram abandonando a resistência à empresa devido às medidas compensatórias efetuadas mediante apresentação de projetos (Anexo J). Entretanto, a APAPG que foi procurada diversas vezes pela empresa TKCSA vem se mantendo resistente em não aceitar qualquer compensação, por não abrir mão do direito de ser pescador, além de entender que a compensação é somente financeira, pois os prejuízos culturais da atividade são irreparáveis.

Com o apoio do PACS e da FRL, a APAPG conseguiu protocolar no Ministério Público Federal uma denúncia contra a TKCSA pelas irregularidades na fase de implantação, como desmatamento, violação de leis, como a Lei Federal nº 7661/ 88 e o decreto nº 5300/ 2004 que determinam que grandes empreendimentos em zona costeira devem ser licenciados pelo IBAMA. Dessa forma, a FEEMA, atual INEA acabou sendo notificada por dar licença sem ter competência nesta esfera.

Em 2007 o IBAMA multou a empresa em cem milhões e embargou a obra pelas irregularidades observadas pelos fiscais. A declaração de infração no documento, em anexo L, afirma o seguinte:

> "Destruir, danificar, desmatar florestas ou demais formas de vegetação consideradas de preservação permanente (manguezal), sem prévia autorização do órgão ambiental competente estadual e anuência do órgão federal (IBAMA). Obs.: Corte além do autorizado pelo IEF/RJ nº 17/2006 (2 ha a mais)."

A justificativa do IBAMA que consta em documento (Anexo L), em embargar a obra foi a seguinte:

> "Fica embargada qualquer atividade de intervenção no manguezal, bem como, construção, obras ou serviços que implique degradação da biota nativa da área do empreendimento, devendo o empreendedor promover a recuperação da área suprimida de 2 ha (dois hectares), extrapolada em dobro na autorização IEF/RJ nº 17/2006. Obs.: de acordo com o relatório de vistoria DITEC/SUPES/RJ de 11/12/2007."

Outra conquista da resistência dos pescadores frente à empresa neste mesmo ano foi a suspensão por nove meses dos financiamentos do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES, após manifestação

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 0912476/CA

dos pescadores na sede do Banco, que contou com apoio de sindicato como a SINDIPETRO, que forçou a diretoria a recebê-los.

Entretanto, um dos momentos mais tensos entre os pescadores e a empresa, foi em março de 2008, quando um rebocador da TKCSA se chocou com o barco de dois pescadores ocasionando a morte de um deles (Anexo H). Este foi um dos motivos da barqueata realizada em abril, citado anteriormente. Segundo os pescadores da APAPG ameaças são constantes, seja no mar, através de telefonemas anônimos e até mesmo na rua, fatos que levaram a concessão do pescador Luis Carlos a ingressar no Programa de Proteção à Testemunhas, tendo que se ausentar do país.

Os acontecimentos ocorridos fizeram com que a APAPG articulasse junto com as ONGs que apoiavam a resistência uma audiência pública junto à Comissão de Defesa dos Direitos Humanos da Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro, sob a presidência do deputado Marcelo Freixo. Na ocasião, o senhor Marcos Garcia representante da FAPESCA fez um relato de que a empresa estaria associada à atuação de milícias armadas para intimidar os pescadores artesanais (ALERJ, 2009). A empresa se defendeu negando e se dispôs a colaborar desde que houvesse fatos concretos.

Na esfera federal, através de requerimento do deputado Chico Alencar à Comissão de Direitos Humanos e Minorias da Câmara de Deputados Federais foi realizado um debate sobre as violações aos direitos humanos na Baía de Sepetiba sob a presidência do deputado Luiz Couto, quando foi formada uma comissão para visita à TKCSA em Santa Cruz, no Rio de Janeiro (CÂMARA DOS DEPUTADOS FEDERAIS, 2009). O mesmo deputado que requereu à Comissão alertou à diversas esferas do poder federal (presidente, ministros e comissão dos direitos humanos) e estadual, o governador do Rio de Janeiro através de carta (Anexo M).

Além disso, junto à Fundação Instituto Oswaldo Cruz – FIOCRUZ, os pescadores conseguiram a emissão de um parecer técnico sobre o Relatório de Impacto Ambiental da usina da TKCSA, apontando diversas falhas na análise do empreendimento, como análise fragmentada dos impactos, omissão no cenário

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 0912476/CA

ambiental e social (no que diz respeito à saúde da população), além de acusar a empresa de agir com duplo padrão no Brasil e na Europa (PORTO e MILANEZ, 2009).

No âmbito internacional, os pescadores da APAPG junto às ONGs que apóiam a resistência conseguiram denunciar a TKCSA, em 2010, no Tribunal Permanente dos Povos – TPP pela segunda vez em Madri, já que a primeira havia sido em Lima em 2008, quando a empresa foi condenada. O TPP composto de juristas de diversos países tem sua origem do Tribunal Russel na década de 1970, que julgava as ditaduras da América Latina e atualmente julga as violações de empresas transnacionais ao ambiente e as questões sociais (TPP, 2010). A condenação da empresa pelo Tribunal trouxe uma repercussão muito negativa no cenário mundial, encaminhando as denúncias e condenações à Organização das Nações Unidas. Além disso, em 2010, houve por parte da rede a organização do primeiro Encontro Internacional dos Atingidos pela Vale, empresa acionista (27%) da TKCSA, trazendo pessoas de diversos países que passam por conflitos onde a Vale S/ A exerce atividades, como o Canadá, Moçambique, Indonésia, Peru, Chile, Argentina e Nova Caledônia.

Essas iniciativas chamaram a atenção do Parlamento Europeu e de Organizações Não Governamentais na Alemanha fazendo com que os pescadores artesanais da APAPG fossem convidados a visitar a sede da empresa, o Parlamento Alemão, e participar de uma série de entrevistas para jornais e debates sobre as denúncias feitas sobre a TKCSA. Alguns parlamentares alemães estão solidários aos pescadores, como o deputado Niema Movassat, que escreveu uma carta em solidariedade (Anexo N), e a deputada Gabriele Zimmer, que recentemente visitou o Brasil para averiguar fatos da poluição no ar causada pela empresa que vem prejudicando a saúde de moradores.

Na ocasião da visita à Alemanha, segundo o pescador Isac Alves da APAPG, descobriu-se que a empresa divulga o empreendimento na Alemanha com um outro discurso, ou seja, uma área vazia, com atividades econômicas inexpressivas, na qual haveria praticamente nenhum impacto social ou ambiental. Toda esta repercussão preocupou o INEA, que em junho de 2010 convidou a APAPG para uma mesa redonda a fim de discutir por que a Associação era a

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 0912476/CA

única que não havia entrado em acordo com a TKCSA oferecendo ainda resistência. Na oportunidade, os pescadores disseram que aquela reunião era pela repercussão dos últimos acontecimentos e da entrevista ao programa de rádio faixa livre, portanto era eleitoreira, pois o governador estava preocupado com a re-eleição.

A repercussão internacional fez com que no final de 2009, a rede de instituições por iniciativa do PACS criasse o Comitê "A Baía de Sepetiba pede socorro", no final de 2009, quando passou a ter reuniões mensais para traçar estratégias de resistência, principalmente contra a TKCSA. Entretanto, a forma que o comitê foi formado não agradou aos pescadores da APAPG, pois a sede e as reuniões ficaram concentradas em Campo Grande, bairro que não margeia a Baía de Sepetiba, além disso a presença dos pescadores passou a quase ser exigida, fato que causou um mal-estar, pois os pescadores artesanais da APAPG embora façam parte da rede que oferece resistência a empresa, não aceitam algumas determinações, pois recusam e não recebem qualquer compensação financeira por isso, necessitando exercer suas atividades para sobrevivência.

Atualmente, os pescadores da APAPG cobram na justiça ação indenizatória por danos materiais e morais à TKCSA, além de apoiar o conflito de moradores de Santa Cruz com a empresa, devido às emissões poluentes pois pescadores residem ao redor da siderúrgica. Os pescadores artesanais da APAPG são convidados para relatar suas experiências nas trajetórias de resistência em diversos eventos, como acadêmicos ou até mesmo a outras resistências que iniciam lutas.

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 0912476/CA